

Palocci defende aperto fiscal até 2006

Ministro admite mudança na meta de inflação para 2005, mas avisa: "Se queimarmos etapas, pagaremos uma conta pesada"

EDNA SIMÃO

BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, defendeu ontem a manutenção do superávit primário (receita menos despesas, excluindo pagamento de juros) até o fim do governo Luiz Inácio Lula da Silva para levar a relação entre dívida e Produto Interno Bruto (PIB) a uma trajetória de queda. Segundo ele, a decisão de buscar um superávit primário de 4,25% não foi uma imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI), mas uma decisão de governo e o percentual deveria ser preservado para permitir o controle da dívida pública. Palocci participou por quase sete horas de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

– Somos um país que deve muito. Me daria mais prazer pagar o Bolsa Família e não os juros da dívida, mas temos que cumprir com nossa obrigação – disse Palocci.

Palocci repetiu que os pilares da economia são serão alterados. Para o ministro, o debate sobre a condução econômica é bem-vindo, mas é preciso ter coesão. Ele prefere acreditar que as críticas vindas da base governista e oposição são de "boa fé" e refletem a ansiedade por crescimento econômico.

– Acho que foi um momento em que os partidos políticos presentes no Senado tiveram um grande entendimento sobre questões essenciais da política econômica e isso nos ajuda a avançar, sem dúvida nenhuma.

O ministro afirmou que, apesar de o governo defender mudanças no cálculo do superávit

primário e a criação de um acordo preventivo no FMI, não é intenção fechar um novo acordo com o Fundo. A última prorrogação, ocorrida no ano passado, teve o objetivo de servir como um "seguro" para o Brasil enfrentar eventuais turbulências externas e sair de maneira suave da órbita do FMI. Ele disse ainda que não é intenção contabilizar todos os gastos das estatais e dos programas sociais como investimento, pois o superávit primário seria zero e o país precisa economizar para evitar o crescimento da dívida.

O ministro lembrou que o controle da inflação evitou que o país entrasse numa crise sem precedentes. Ressaltou que o crescimento econômico sustentável depende da aprovação de projetos de incentivo à microeconomia que estão no Congresso.

Palocci reforçou que as contas do país precisam ser simples como a do trabalhador, que gasta apenas o que ganha.

– Esse caminho é certamente mais duro e angustiante. Mas é o único caminho para a estabilidade. Se queimarmos etapas, pagaremos uma conta pesada, que o país já conhece – disse.

O ministro explicou que a inflação alta desorganiza a vida das pessoas e provoca fuga de capitais. O sistema de metas de inflação também esteve no debate com os senadores. Segundo ele, o modelo pode ter seus defeitos, mas é o que se mostrou mais eficaz e com menor custo para o crescimento.

O prestígio do ministro da Fazenda é tão grande que os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Pau-

lo Cunha, fizeram uma visita de 10 minutos à comissão. Sarney disse que acompanha e respalda todo o trabalho que vem sendo desenvolvido por Palocci. Já Cunha afirmou que os elogios da oposição a Palocci (o líder do PFL, José Agripino, chamou o

ministro de campeão) são um sinal de aprovação ao governo.

– É a demonstração de que o país está trabalhando. Essa visão de que o Brasil está parado não corresponde à realidade – disse Cunha.

O líder do governo no Sena-

do, Aloízio Mercadante (SP), aproveitou para voltar a defender que a meta central de inflação para este ano, de 5,5% com folga de 2,5 pontos percentuais, seja adotada nos próximos dois anos. Para ele, a medida daria ao país mais espaço para redu-

zir os juros e, consequentemente, viabilizar um crescimento maior. Segundo o ministro, a sugestão pode ser estudada como um aprimoramento do sistema de metas.

esimao@jb.com.br